

TESE – XXXVII CONGRESSO REGIONAL DOS PETROLEIROS(AS) NOS ESTADOS DO CEARÁ E PIAUÍ

Companheiras e companheiros, talvez se aproxime um dos momentos históricos mais arriscados da categoria petroleira nas últimas décadas. É de conhecimento de todos que mesmo antes do golpe contra a presidenta Dilma, em 2014 elegeu-se o congresso mais conservador desde a ditadura e não demoraram a retribuir as doações empresariais de suas campanhas com ataque aos trabalhadores e aos mais pobres. Aproveitaram o momento de fragilidade econômica e política financiadas e fabricadas por anos de fakenews e ataques midiáticos dos donos do capital, burguesia, especuladores e mercenários apoiadores do deus mercado. A população iludida buscou um salvador da pátria. Culminou na eleição do grotesco Bolsonaro que se aliou às castas mais infames da sociedade, empresários e investidores sem escrúpulos que lucram explorando a população que desesperada, aceita qualquer quantia por sua força de trabalho para sustentar sua família faminta ou a classe média explorada com preços exorbitantes do diesel, gasolina e gás de cozinha. O ciclo vicioso se repete com aumento da inflação e taxa de juros. Só os ricos ganham. Por fim, desindustrialização do Brasil, perda de empregos dignos, dependência internacional e empobrecimento geral da nação. Bolsonaro aliás inovou! Inaugurou uma extrema direita antinacionalista e idólatra dos estadunidenses. Voltando ao golpe de 2016, o ápice desses ataques ocorre meses depois, ainda em outubro/2016 quando o ministro Gilmar Mendes de forma unilateral extingue a ultratividade do ACT impondo perdas históricas aos trabalhadores e desequilibrando de forma insustentável as negociações coletivas. Se isso não bastasse, a contrarreforma trabalhista de 2017 defere ataques às organizações sindicais com perdas significativas de arrecadação, contratos individuais de trabalho, restrição a proteção jurídica do trabalhador, redução da fiscalização e normas de segurança, além da formalização da banalização do trabalho precário com a legalização do trabalho intermitente e outras atrocidades. Junte-se a isto, o aparelhamento da justiça trabalhista em desfavor do trabalhador. Tudo pela “liberdade” do empresariado de demitir, explorar e aumentar seus lucros incessantes! Petroleiros não saíram ilesos. Venda e hibernação de unidades, transferência de trabalhadores, destruição de famílias, síndrome de burnout, ataques aos trabalhadores da ativa e aposentados, AMS e Petros tendo sua função e patrimônio dilapidados. No chão de fábrica, ainda sofremos com metas e cobranças crescentes e por vezes, inconcebíveis, vindas dos gerentes, diretores e alta administração que estão preocupados não com a vida e condições de trabalho e sim, garantir um PPP gordo ao final do ano. No estado do Ceará, corremos sérios riscos da privatização da Lubnor, devolução dos campos marítimos de Paracuru à ANP e descomissionamento do terminal do Pecém. Recentemente, ratificou-se a entrega dos gasodutos operados pela Transpetro à Engie. Os desafios, portanto, são enormes! Tudo isso somado à crescente pressão exercida pelo trabalho remoto e suas novas variantes como o “contrato de teletrabalho por produção ou tarefa sem controle de jornada”(MP 1108/2022), trabalhos à distância em plataformas, uberização das relações trabalhistas, impactos da inteligência artificial e indústria 4.0 no mercado de trabalho, entre outros. Sem esquecer também que o trabalhador ainda enfrenta o luto recente da pandemia e suas consequências desastrosas. Nesse contexto, os petroleiros iniciam uma árdua campanha pelo seu Acordo Coletivo de Trabalho (ACT). É preciso resistir ou usando uma palavra da moda, ser resiliente. Os petroleiros do Estado do Ceará, através dessa tese pretendem levar a X PLENAFUP os seguintes encaminhamentos, a conhecer:

1) Que a Petrobras siga seu estatuto social, no Art. 3º- A Companhia tem como objeto a pesquisa, a lavra, a refinação, o processamento, o comércio e o transporte de petróleo proveniente de poço, de xisto ou de outras rochas, de seus derivados, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos, além das atividades vinculadas à energia, podendo promover a pesquisa, o desenvolvimento, a produção, o transporte, a distribuição e a comercialização de todas as formas de energia, bem como quaisquer outras atividades correlatas ou afins. Sem preconceitos ou represálias com a região Nordeste ou especificamente o estado do Ceará. Para isso, exigimos a suspensão imediata de qualquer acordo com o CADE a respeito de vendas das refinarias até posse da próxima legislatura. Bem como, desinvestimentos de outros ativos localizados na região nordeste.

2) Que a Petrobras se abstenha de desrespeitar o último dissídio coletivo sobre turno ininterrupto de revezamento de 12h nas suas bases terrestres. Aplicando a tabela escolhida pelos trabalhadores e previamente aprovada pela empresa sem que isso signifique reconhecimento prévio da legalidade de outros períodos ou abandono de causas trabalhistas em aberto ou futuras.

3) Que em caso de hibernação, fechamento ou venda de unidades ou escritórios da Petrobras e suas subsidiárias, os empregados lotados nesses estabelecimentos sejam mantidos preferencialmente no seu estado de origem ou transferidos em último caso para estados da mesma região geográfica. Em respeito às famílias, hábitos culturais, regionais e ambiência organizacional.

4) Ainda sobre transferências de empregados, que a Petrobras e suas subsidiárias constituam mecanismos corporativos para permutas ou triangulações entre empregados que desburocratize e facilite o processo, sem que isso signifique recusa às vantagens já pagas aos empregados.

5) Que a Petrobras e suas subsidiárias valorizem a função de brigadista dentro das brigadas de emergências em todas as unidades, com isonomia entre as diversas diretorias. Através da inclusão no ACT da obrigatoriedade de treinamentos práticos periódicos, renovação da frota de viaturas de combate, aquisição de equipamentos, além do retorno do dia do brigadista, prática histórica abolida pelo RGN unilateralmente e ainda em vigor no E&P.

6) Que a Petrobras e suas subsidiárias criem comitês regionais e nacional com participação dos sindicatos exclusivamente para acompanhamento e deliberações sobre saúde mental, assédio moral, sexual e prevenção à síndrome de burnout. Que a Petrobras respeitando o sigilo médico informe aos sindicatos a evolução desses casos registrados no SMS e ouvidoria, bem como, o tratamento adotado e resposta das vítimas ao final do processo.

7) Que a Petrobras contrate auditoria externa independente e exclusiva para apurar os impactos de seus gestores na Petros que culminaram em desequilíbrio financeiro e assumam seu papel como patrocinadora dos planos. De modo que os aposentados e aposentáveis não sejam impactados com parcelas extras que consomem suas remunerações.

8) Que a Petrobras e suas subsidiárias abandonem a ideia unilateral da associação APS e restabeleça a AMS nos moldes anteriores. Que os responsáveis pelos custos da associação

sejam investigados e denunciados aos órgãos competentes. Que a AMS ressurgja com maior participação dos beneficiários, com abertura de indicações de profissionais, clínicas e hospitais para fortalecimento do plano. No estado do Ceará, que a Petrobras busque encontrar soluções para ampliar a rede de emergências pediátricas.

9) Que a Petrobras estude através do CENPES a extensão do projeto HBio à Lubnor, transferindo o ativo da PBio Quixadá para a Lubnor, ampliando o HDT da ULUB e realizando o REVAMP necessário para melhorar a sustentabilidade e rentabilidade dos ativos. Avaliar cessão dos empregados PBio originalmente lotados em Quixadá para operação da planta.

10) Que a Petrobras e suas subsidiárias constituam um programa de incentivo ao registro de desvios e quase acidentes com participação das entidades sindicais, de modo ampliar a base da pirâmide e impedir acidentes graves e fatais.

11) Que a Cegás, retome as discussões para acordo de implementação do plano de previdência complementar de seus empregados.

12) Que a Petrobras e suas subsidiárias reajustem as Tabelas Salariais em 01/09/2022 pela variação acumulada em 12 (doze) meses do Índice Geral do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC referente ao período de 01/09/2021 a 31/08/2022. Que a Cegás reajuste em sua data-base suas tabelas salariais em no mínimo o valor acumulado do INPC nos últimos 12 meses.

13) Que a Petrobras e suas subsidiárias restabeleçam a co-participação histórica 70x30 nos custeios da AMS.

14) Que a Petrobras e suas subsidiárias mantenham as demais cláusulas do último ACT, reajustando aquelas devidas no mínimo pelo INPC dos últimos 12 meses.

15 - O Sindipetro Ceara/Piauí deverá construir o Comitê de Luta Popular Em Defesa da Petrobras tendo como norte a candidatura Lula Presidente. (Voto em Separado)
(Declaração de voto)

16 - O Comitê atuará em defesa de candidaturas progressistas e de esquerda ao congresso e executivo do estado que tenham a defesa da Petrobrás como compromisso.

17 - Formar grupo para discutir PETROS e a volta da responsabilidade da fundação com seus encargos e déficits

18 - Lutar pela criação de um cartão de fidelidade no Benefício Farmácia, com cobertura total de remédios de uso contínuo.

19 - Demais pontos:

- Pauta Pelo Brasil contra as privatizações.
- Regramento do Teletrabalho
- Volta do pagamento da Hora extra troca de turno

- Garantia de respeito à margem consignável para que os aposentados e ativos não tenham seus contracheques zerados.
- Garantir apoio total a eleição do Lula (Voto em separado) (Abstenção e declaração de voto)
- Todo apoio a eleição do Lula, única alternativa para reconstrução do Brasil e retomada da Petrobrás para o povo Brasileiro. (Voto em separado) (Abstenção e declaração de voto)
- Somar documento enviado ao Lula sobre as plataformas do Ceará
- Que seja formado um grupo de trabalho para confecção do regramento do banco de horas e que no caso de pagamento que seja incluído todos os reflexos normais de horas extras.
- É preciso que os Sindipetros se mobilizem para passar a Sociedade Brasileiras, através de Panfletos, Folders e Até mesmo Data Show. Isto é, através de Tendas Armadas em praça públicas. Aqui podemos colocar essa Tenda na Praça do Ferreira. E buscarmos um Alvará de preferência com validade até Outubro de 2022. E essa Tenda fique permanente na Praça. E incentivamos A POPULAÇÃO A VOTAREM EM DEPUTADOS DA ESQUERDA.

Proposta de Moção

Aprovada a assinatura do documento

NOTA DE REPÚDIO ÀS PRÁTICAS ANTISSINDICAIS DA REITORIA DA UFC E PERSEGUIÇÃO A PROFESSORAS

https://docs.google.com/document/d/1Ki7GE3SHJQ7_I0ZmjouhEvbig2nPOFhU/edit

Delegados eleitos para o Plenafup: